

ENDIVIDAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO: UM ESTUDO TEMPORAL NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

PUBLIC SERVANT INDEBTEDNESS: A TEMPORAL STUDY AT THE UNIVERSITY OF BRASÍLIA (UNB)

ENDEUDAMIENTO DEL SERVIDOR PÚBLICO: UN ESTUDIO TEMPORAL EN LA UNIVERSIDAD DE BRASILIA (UNB)

Willian Aparecido Rodrigues Soares¹
 Antônio Nascimento Júnior²

RESUMO - O estudo investiga o endividamento dos servidores públicos da Universidade de Brasília (UnB), com ênfase no uso do crédito consignado como mecanismo compensatório diante da estagnação salarial e das perdas inflacionárias ao longo dos anos. A pesquisa adota abordagem metodológica mista, combinando análise quantitativa – por meio de dados financeiros e funcionais extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) – e reflexão qualitativa, fundamentada na legislação e contexto econômico-institucional. Os resultados revelam padrão de aumento contínuo no valor médio dos contratos de consignação entre os anos de 2017 e 2024, com destaque para os servidores Técnico-Administrativos em Educação (TAEs), que apresentam taxas de endividamento significativamente superiores às dos docentes. Observa-se relação inversa entre o nível na carreira e o percentual de comprometimento da renda: servidores em níveis iniciais, com menor remuneração, destinam proporções maiores da sua renda ao pagamento de dívidas. Conclui-se que o crédito consignado se tornou um recurso quase essencial para a manutenção do padrão de vida dos servidores, especialmente aqueles em faixas salariais mais baixas.

Palavras-chave: Endividamento. Crédito Consignado. Servidores Públicos Federais. Estagnação Salarial. Gestão Financeira Pessoal.

ABSTRACT - The study investigates the indebtedness of public servants at the University of Brasília (UnB), emphasizing the use of payroll-deducted loans as a compensatory mechanism in the face of wage stagnation and inflationary losses over the years. The research adopts a mixed methodological approach, combining quantitative analysis – through financial and functional data extracted from the Integrated Human Resources Administration System (SIAPE) – and qualitative reflection, based on legislation and the economic-institutional context. The results reveal a continuous upward pattern in the average value of payroll-deducted loan contracts between the years 2017 and 2024, highlighting the Technical-Administrative in Education (TAE) servants, who present significantly higher indebtedness rates than the teaching staff. An inverse relationship is observed between the career level and the percentage of income commitment: servants at entry levels, with lower remuneration, allocate larger proportions of their income to debt payment. It is concluded that payroll-deducted loans have become an almost essential resource for maintaining the servants' standard of living, especially for those in lower salary brackets.

Keywords: Indebtedness. Payroll-Deducted Loans. Federal Public Servants. Wage Stagnation. Personal Financial Management.

RESUMEN - El estudio investiga el endeudamiento de los servidores públicos de la Universidad de Brasília (UnB), con énfasis en el uso del crédito de nómina (crédito consignado) como mecanismo compensatorio frente al estancamiento salarial y las pérdidas inflacionarias a lo largo de los años. La investigación adopta un enfoque metodológico mixto, combinando el análisis cuantitativo – a través de datos financieros y funcionales extraídos del Sistema Integrado de Administración de Recursos Humanos (SIAPE) – y la reflexión cualitativa, fundamentada en la legislación y el contexto económico-institucional. Los resultados revelan un patrón de aumento continuo en el valor promedio de los contratos de crédito de nómina entre los años 2017 y 2024, destacando a los servidores Técnico-Administrativos en Educación (TAEs), que presentan tasas de endeudamiento significativamente superiores a las de los docentes. Se observa una relación inversa entre el nivel

¹ Universidade de Brasília. E-mail: williansoares@unb.br

² PPGE - Programa de Pós Graduação em Economia Universidade de Brasília – E-mail: anjunior@unb.br

en la carrera y el porcentaje de compromiso de los ingresos: los servidores en niveles iniciales, con menor remuneración, destinan proporciones mayores de sus ingresos al pago de deudas. Se concluye que el crédito de nómina se ha convertido en un recurso casi esencial para el mantenimiento del nivel de vida de los servidores, especialmente de aquellos en los rangos salariales más bajos.

Palabras clave: Endeudamiento. Crédito de Nómina. Servidores Públicos Federales. Estancamiento Salarial. Gestión Financiera Personal.

1. INTRODUÇÃO

O endividamento das famílias constitui um dos principais fenômenos da economia brasileira atual, permeando as decisões de consumo e o planejamento financeiro em todos os estratos sociais. Conforme dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), mais de 78% das famílias no País possuíam algum tipo de dívida no ano de 2023. Essa realidade denota ampla dependência do crédito, que, a depender da sua gestão, pode tanto viabilizar conquistas e o bem-estar, no chamado "endividamento saudável", quanto levar a um ciclo de instabilidade, caracterizando um "endividamento patológico".

Dentro desse cenário, os servidores públicos federais despontam como um grupo de estudo de particular interesse. Tradicionalmente vistos pela sociedade em geral como possuidores de estabilidade funcional e renda previsível, tornaram-se um nicho preferencial das instituições financeiras, que veem neles clientes de baixo risco para a disponibilização de crédito.

No entanto, essa suposta segurança financeira contrasta com uma realidade de crescente precarização, caracterizada por longos períodos de salários estagnados. A falta de reajustes anuais alinhados à inflação, como observado na última década, deteriora gradualmente o poder de compra e exige uma reorganização orçamentária. Nesse contexto, o crédito deixa de ser visto como um instrumento para investimentos específicos e passa a ser considerado como um mecanismo estrutural para a manutenção do padrão de consumo, ou mesmo para cobrir despesas regulares.

Para examinar esse fenômeno, o presente trabalho elege como estudo de caso a comunidade de servidores da UnB. Sendo uma das mais importantes instituições de ensino superior do País, com uma comunidade de aproximadamente 56.761 pessoas e um corpo funcional de cerca de nove mil servidores, gerando impacto socioeconômico substancial para o Distrito Federal (DF).

A análise dos dados institucionais revela um quadro complexo e preocupante. Contrariando a percepção de uma expansão generalizada, os resultados apontam para uma forte intensificação do endividamento – sobre uma base relativamente estável de devedores, o valor médio da dívida por contrato de empréstimo cresceu 54,1% no período de 2017 a 2024.

A pesquisa identifica um perfil claro de vulnerabilidade, demonstrando que os TAEs apresentam as maiores taxas de endividamento e maior comprometimento de renda. Esses resultados, quando justapostos à perda do poder de compra, reforçam a tese central de que o recurso ao crédito se consolidou como um mecanismo estrutural de compensação de renda frente à estagnação salarial.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ENDIVIDAMENTO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

O endividamento é um fenômeno intrínseco à atual dinâmica financeira, podendo ser caracterizado como a situação em que uma pessoa física ou jurídica contrai dívidas que precisam ser pagas no futuro. No âmbito familiar, em particular entre os servidores públicos federais, o endividamento pode ser um instrumento de organização financeira, contanto que exista capacidade de pagamento e planejamento consciente. Segundo Marques e Frade (2003), o endividamento refere-se ao montante de obrigações assumidas por indivíduos ou grupos que utilizaram capital de terceiros (instituições financeiras) para fins de consumo, com o compromisso de devolver os valores acrescidos de juros e correção monetária.

Dentro desse contexto, é possível distinguir diferentes formas de endividamento. O chamado endividamento saudável ocorre quando as dívidas são assumidas com planejamento, para finalidades produtivas como educação, saúde ou aquisição de bens duráveis. Nesse caso, os compromissos financeiros não comprometem as despesas correntes nem colocam em risco o equilíbrio do orçamento familiar. Por outro lado, o endividamento patológico caracteriza-se pelo uso recorrente do crédito para cobrir despesas básicas, sem perspectiva realista de quitação, o que compromete a renda disponível e leva à instabilidade financeira.

Em sua forma mais grave, o endividamento pode evoluir para o superendividamento, que se refere à condição em que o devedor, ainda que de boa-fé, se torna permanentemente incapaz de arcar com as suas dívidas sem comprometer a sua subsistência e a da sua família. Trata-se de um estágio crítico e sensível do consumo desorganizado, que pode excluir o consumidor do mercado formal, levando a um tipo de "falência civil" com graves repercussões sociais e econômicas.

Segundo Pereira e Zaganelli (2019), o superendividamento pode ser classificado em duas categorias: passivo e ativo. O superendividamento passivo ocorre quando o consumidor é levado à inadimplência por eventos externos e imprevistos, como desemprego, doenças, separações ou perdas familiares. Nesses casos, o indivíduo não tem responsabilidade direta

sobre o agravamento da sua situação financeira. Já o superendividamento ativo resulta de condutas individuais que levam à contratação de dívidas em excesso, com ou sem consciência dos riscos, caracterizando o abuso do crédito acima da capacidade orçamentária.

A gravidade desse fenômeno levou à promulgação da Lei n. 14.181 (Brasil, 2021), que alterou o Código de Defesa do Consumidor e instituiu mecanismos legais de proteção ao superendividado. A legislação prevê a possibilidade de repactuação judicial das dívidas, proteção ao mínimo existencial e combate à publicidade enganosa e ao assédio comercial. Trata-se de marco importante na garantia de direitos financeiros, especialmente para aposentados, servidores públicos federais e pessoas em situação de vulnerabilidade.

2.2 ECONOMIA DO ENDIVIDAMENTO

A teoria do consumo intertemporal, proposta por autores como Modigliani (1986) e Friedman (1957), sugere que os indivíduos procuram suavizar o seu consumo ao longo da vida, contraindo dívidas em períodos de menor renda e poupando quando a renda é maior. No entanto, entre os servidores públicos federais brasileiros, esse comportamento nem sempre se verifica de forma racional, devido a fatores como pressão social, ausência de educação financeira e facilidades na concessão de crédito.

Os servidores públicos federais, tradicionalmente vistos como detentores de estabilidade funcional e renda constante e previsível, tornaram-se clientes preferenciais das instituições financeiras. A garantia de recebimento do salário torna esses servidores clientes ideais para empréstimos consignados. Conforme mostra Nunis (2023), essa facilidade levou muitos servidores a comprometerem grande parte de sua renda líquida com dívidas de longo prazo.

É importante considerar o contexto das políticas salariais no setor público. A ausência de reajustes salariais compatíveis com a inflação, somada ao aumento do custo de vida, reduz o poder de compra dos servidores, incentivando o uso do crédito como compensação de renda. Assim, o endividamento deixa de ser uma estratégia pontual de financiamento e passa a ser um mecanismo estrutural de manutenção do padrão de consumo.

A compreensão do comportamento de consumo e endividamento entre servidores públicos federais pode ser enriquecida à luz das teorias de James Duesenberry e Hyman Minsky, que oferecem perspectivas críticas e complementares às abordagens tradicionais. Duesenberry (1949) propôs a hipótese da renda relativa como alternativa à ênfase na renda

corrente, destacando que o consumo dos indivíduos é influenciado pela comparação com padrões de consumo de seus grupos de referência. Esse “efeito demonstração” estimula o consumo acima das possibilidades orçamentárias como forma de manter status social, o que é particularmente relevante no contexto dos servidores públicos federais – cuja posição funcional, frequentemente, é associada a expectativas de padrão de vida mais elevado.

2.3 DETERMINANTES DO ENDIVIDAMENTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS

O endividamento dos servidores públicos federais é um fenômeno multifacetado, determinado por fatores econômicos, institucionais, profissionais e comportamentais. No Brasil, especialmente na Organização Institucional deste trabalho – a Universidade de Brasília –, os dados indicam que grande parte dos servidores possui algum grau de comprometimento da renda com dívidas, sobretudo com crédito consignado. Segundo dados extraídos do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), em dezembro de 2024, cerca de 40% dos servidores – Técnico-administrativo (TAE) e Professor do Magistério Superior (PMS) –, ativos e aposentados tinham crédito consignado no seu contracheque. Dessa forma, compreender os determinantes desse fenômeno é fundamental para a formulação de políticas institucionais voltadas à saúde financeira e à qualidade de vida no trabalho.

Um dos principais fatores está relacionado ao perfil sociodemográfico dos servidores. Estudos, como os de Viana (2020) e Nunis (2023), indicam que servidores com menor nível de escolaridade e inseridos nas faixas salariais mais baixas – geralmente das categorias NI e NA – estão mais expostos ao endividamento, devido à combinação entre menor poder aquisitivo e acesso limitado a informações sobre planejamento financeiro. Além disso, servidores em início de carreira ou com maiores responsabilidades familiares tendem a recorrer com maior frequência ao crédito para manter o consumo básico.

Outro fator relevante é a estabilidade no vínculo empregatício e a previsibilidade da renda, características inerentes ao serviço público. Essa segurança faz com que os servidores sejam clientes preferenciais das instituições financeiras, que oferecem crédito em condições facilitadas, como o consignado. Conforme destaca Nunis (2023), essa estabilidade, embora garanta segurança de renda, também expõe os servidores à contratação frequente de empréstimos, inclusive como forma de compensar a ausência de reajustes salariais reais.

A falta de reajustes compatíveis com a inflação tem corroído o poder de compra da remuneração dos servidores públicos federais. Essa defasagem salarial pode levar parte dos servidores a recorrer ao crédito como instrumento para manter o seu padrão de vida, transformando o uso do crédito de solução emergencial em ferramenta contínua de sustentação do consumo. A literatura evidencia que essa prática pode resultar em superendividamento quando não acompanhada por educação financeira e estratégias institucionais de prevenção (Viana, 2020).

A categoria funcional exerce influência significativa no padrão de endividamento. Docentes, em geral, possuem maior capital educacional e acesso a informações, o que pode atenuar práticas de endividamento problemáticas. Por outro lado, os servidores TAE, especialmente aqueles em cargos de nível médio ou básico, mostram-se mais vulneráveis às armadilhas do crédito fácil. A ausência de cultura orçamentária, aliada ao marketing agressivo das instituições financeiras, contribui para decisões financeiras insustentáveis.

O comportamento financeiro, influenciado por fatores culturais, sociais e emocionais, completa o conjunto de determinantes. A pressão social para manter determinado padrão de vida, associada ao desconhecimento dos riscos do crédito prolongado, gera situações de endividamento que extrapolam a racionalidade econômica. Como apontam Souza (2015) e Nunis (2023), a ausência de políticas institucionais de educação financeira na UnB tem contribuído para a perpetuação de práticas orçamentárias inadequadas, exigindo atenção das instâncias gestoras.

3. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem predominantemente quantitativa, complementada por uma dimensão qualitativa para contextualizar os achados. A análise quantitativa, fundamentada na estatística de dados financeiros e funcionais extraídos do SIAPE, foi utilizada para mensurar a evolução e o perfil do endividamento. A dimensão qualitativa, por sua vez, manifestou-se na pesquisa documental e na análise interpretativa das políticas de pessoal e do cenário econômico. Quanto à sua natureza, o estudo classifica-se como exploratório e descritivo, adotando como estratégia um estudo de caso único e aprofundado na Universidade de Brasília (UnB). O delineamento temporal é híbrido, combinando uma abordagem longitudinal, para analisar a evolução de variáveis entre 2017 e 2024, com um corte transversal, para detalhar o perfil dos servidores com dados de outubro e dezembro de 2024.

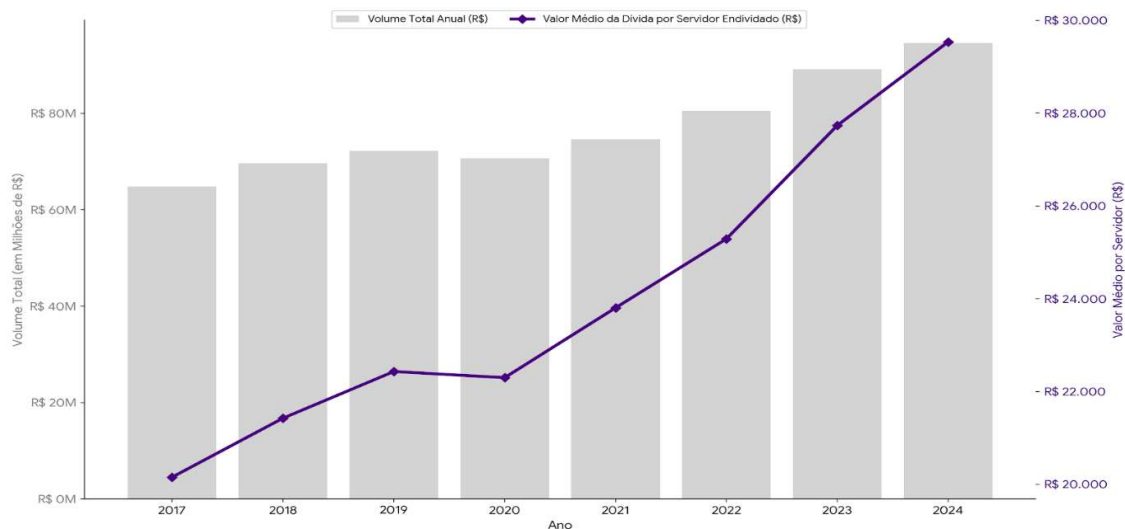
Para o desenvolvimento do estudo, a principal técnica foi a pesquisa documental com base em dados secundários extraídos da ferramenta de *Data Warehouse* (DW) do SIAPE. Os dados brutos, devidamente anonimizados para conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), incluíram variáveis como remuneração bruta, valor das parcelas de consignação, cargo, situação funcional e nível de carreira. O tratamento dos dados consistiu na consolidação das bases, limpeza, padronização e no cálculo de métricas analíticas, como a taxa de endividamento, o percentual médio de comprometimento da renda, o valor médio da dívida por servidor e o índice de múltiplos contratos.

4. RESULTADOS

4.1 O PANORAMA GERAL: A DINÂMICA DA INTENSIFICAÇÃO DA DÍVIDA

A análise do endividamento dos servidores da UnB revela um cenário complexo, cuja compreensão exige a análise de diferentes métricas ao longo do período de 2017 a 2024. O Gráfico 1 revela que o crescimento de 46% no volume total de consignações foi quase inteiramente absorvido pela base estável de servidores com empréstimos. O resultado é que o valor médio da dívida por servidor endividado cresceu de R\$ 20.152 em 2017 para R\$ 29.537 em 2024. Verificou-se, também, que esse aumento da dívida individual ocorre no mesmo período em que a categoria passou por forte estagnação remuneratória.

Gráfico 1 – A intensificação do endividamento na UnB (2017-2024)



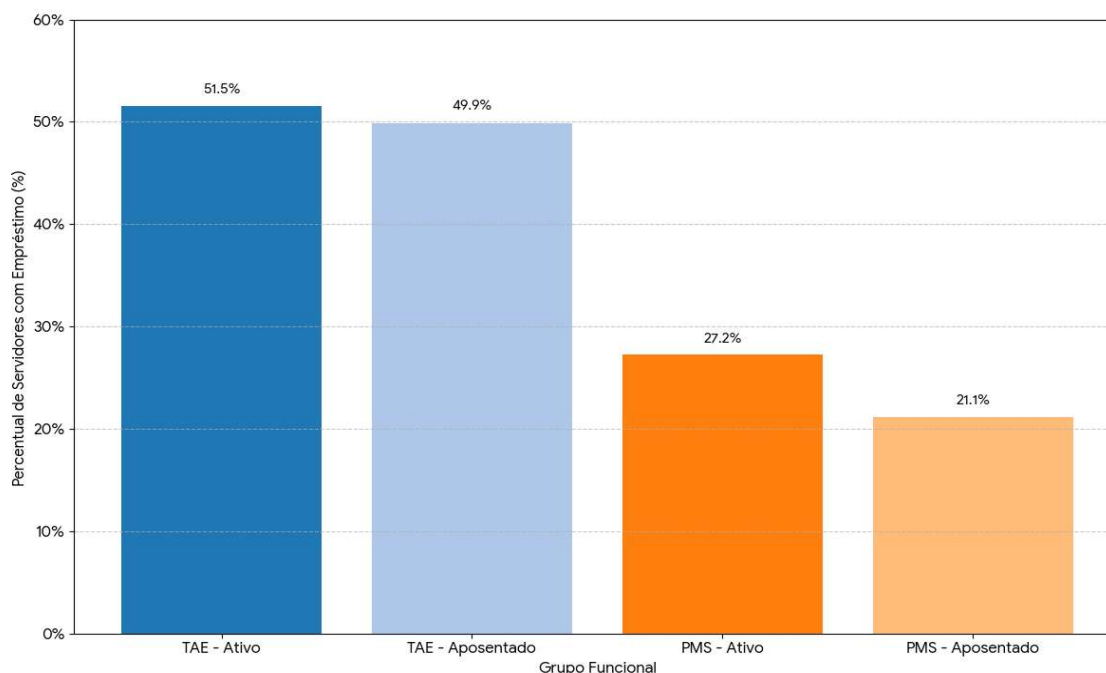
Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

Com uma base estruturalmente estável de servidores – ativos e aposentados, com empréstimos consignados – aproximadamente 40% no quadro funcional, constatou-se o aumento de 46% no volume total da dívida, que foi sustentado por um expressivo crescimento de 54,1% no valor médio por contrato. Essa intensificação, ocorrendo em um contexto de forte corrosão salarial, sugere que o crédito deixou de ser uma ferramenta de oportunidade para se tornar mecanismo de necessidade.

4.2 O PERFIL DA VULNERABILIDADE FINANCEIRA

No que tange à taxa de endividamento – proporção de servidores com ao menos um empréstimo consignado, foi identificado que, entre os TAEs, aproximadamente 51% dos ativos e 50% dos aposentados possuem consignações; enquanto entre os docentes, esses números caem para 27% dos ativos e 21% dos aposentados. O Gráfico 2 ilustra visualmente que a carreira técnico-administrativa constitui o epicentro da prevalência do endividamento na Universidade. Essa diferença pode ser parcialmente atribuída às distintas estruturas remuneratórias e exigências de entrada, com a carreira TAE abrangendo gama maior de faixas salariais, incluindo as mais baixas.

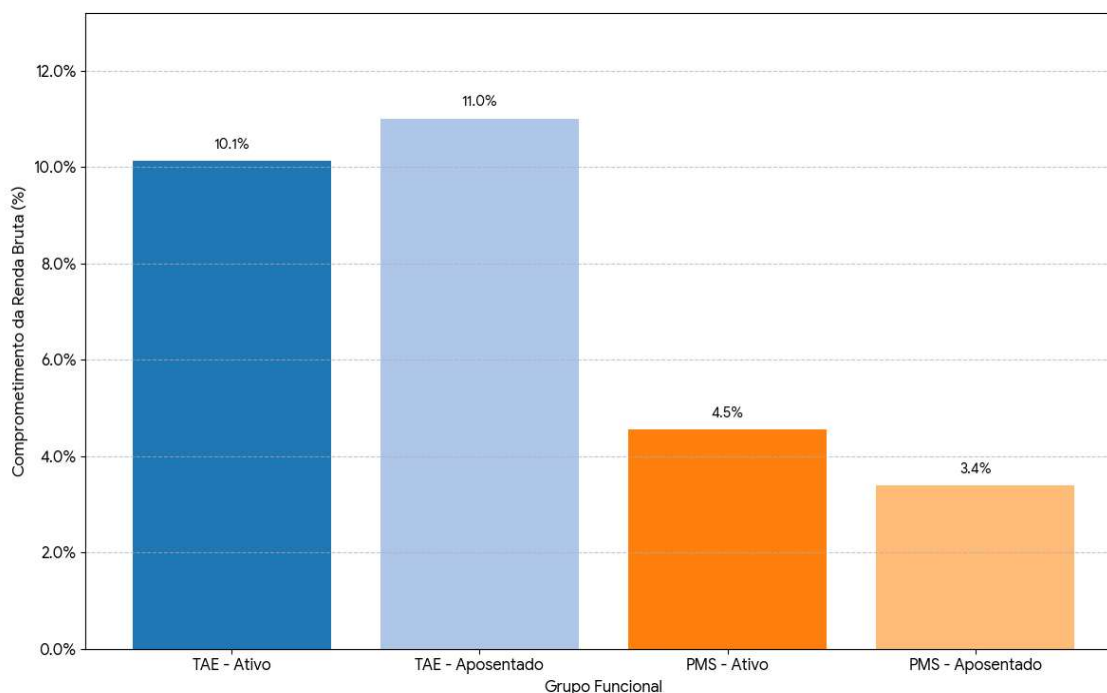
Gráfico 2 – Taxa de endividamento por categoria e situação na UnB (dez./2024)



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

A diferença é intensificada ao se analisar a profundidade da dívida, medida pelo nível de comprometimento da renda. Conforme o Gráfico 3, o grupo dos TAEs aposentados emerge como o mais pressionado, com média de 11,0% da sua renda bruta mensal comprometida, seguido de perto pelos TAEs ativos, com 10,1%. Em contraste, o peso da dívida sobre a renda dos docentes é substancialmente menor, registrando 4,5% para os ativos e 3,4% para os aposentados. Esses dados sugerem que a pressão orçamentária decorrente das consignações é consideravelmente mais severa sobre a carreira técnico-administrativa.

Gráfico 3 – Percentual médio de comprometimento da renda por grupo (out./2024)

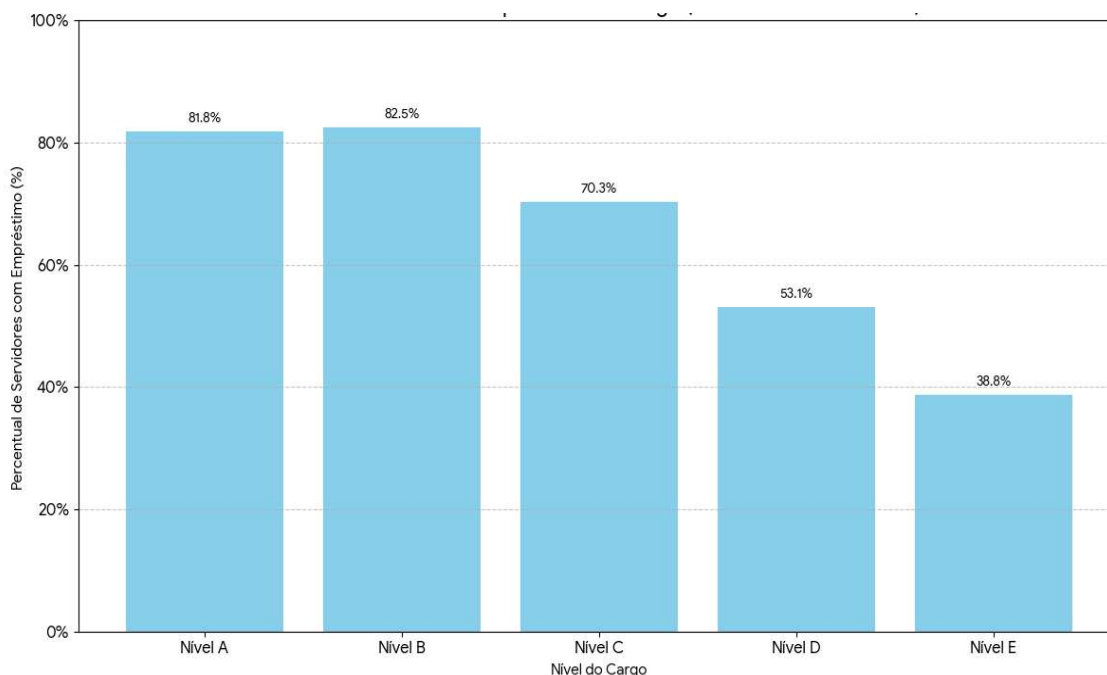


Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

Dado que a análise anterior apontou os TAEs como o grupo de maior vulnerabilidade, uma investigação específica dentro desta carreira se fez necessária. A análise do endividamento por nível de cargo (A, B, C, D e E) dos servidores ativos expôs relação complexa entre progressão funcional, remuneração e comportamento financeiro.

O estudo revela que a taxa de endividamento é mais elevada nos níveis escolaridade para ingressos inferiores. Servidores dos níveis A (81,8%) e B (82,5%), nos degraus iniciais da carreira, apresentam as maiores taxas, indicando que, para esses grupos, o recurso ao crédito parece ser ferramenta quase universal para a gestão de suas finanças.

Gráfico 4 – Taxa de endividamento por nível de cargo (TAEs ativos – out./2024)



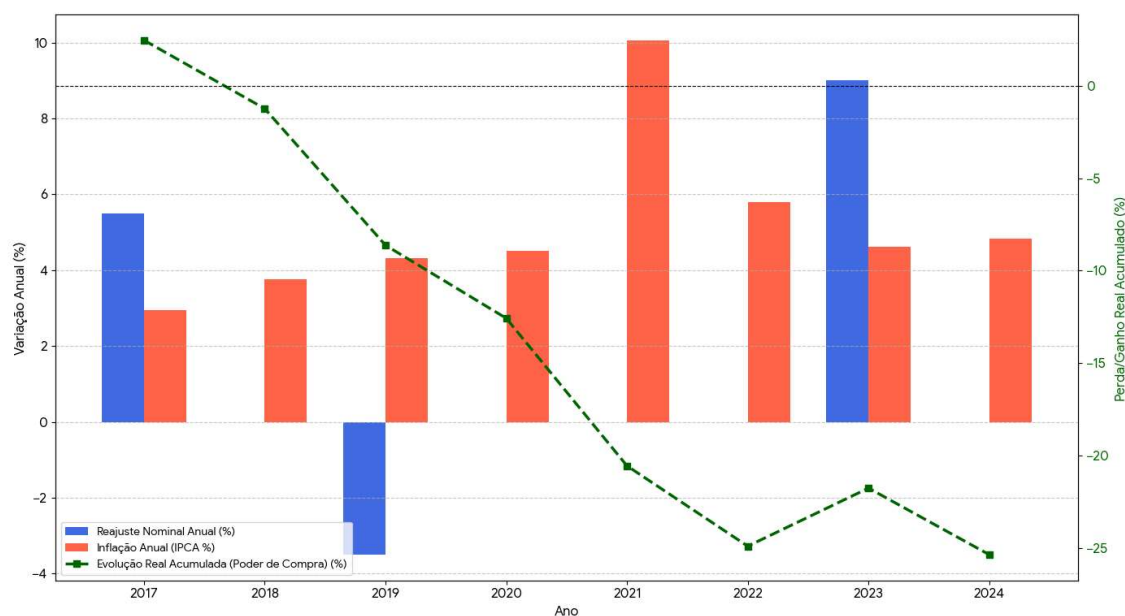
Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

4.3 ESTAGNAÇÃO SALARIAL, RECOMPOSIÇÕES E PERDAS INFLACIONÁRIAS

Durante o período analisado, os vencimentos básicos dos TAEs permaneceram inalterados por um intervalo de seis anos, entre 2017 e 2022. Dois reajustes nominais pontuais foram registrados: o primeiro, em janeiro de 2017, com aumento de 5,5%; e o segundo, em maio de 2023, com reajuste linear de 9% para os servidores do Poder Executivo Federal. Agravando este quadro, em dezembro de 2019, uma decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) resultou na supressão de parcelas remuneratórias, ocasionando uma redução média de 3,5% na remuneração de servidores ativos e inativos.

A justaposição desses reajustes nominais com a inflação oficial do período, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE), revelou profunda deterioração do poder aquisitivo. Para visualizar essa defasagem, a análise a seguir, Gráfico 5, decompõe a evolução da remuneração nominal, a inflação anual e a trajetória do poder de compra real acumulado.

Gráfico 5 – Comparativo entre Reajuste Nominal Anual, Inflação Anual (IPCA) e a Evolução Real Acumulada da Remuneração dos TAEs



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE

A análise do Gráfico 5 revela a dinâmica da perda de poder de compra em duas etapas. Primeiro, a evolução anual, representada pelas barras, demonstra a comparação entre os reajustes nominais e a inflação. Fica claro que, na maioria dos anos analisados (2018, 2020, 2021, 2022 e 2024), a ausência de reajustes frente a uma inflação positiva resultou em perda real do poder de compra dos servidores. Essa dinâmica revela a ilusão do ganho nominal, pois, embora os reajustes pontuais somados resultem em um aparente acréscimo, a linha da evolução nominal real acumulada apresenta queda ao longo do período, indicando que a capacidade de consumo do servidor tornou-se progressivamente menor.

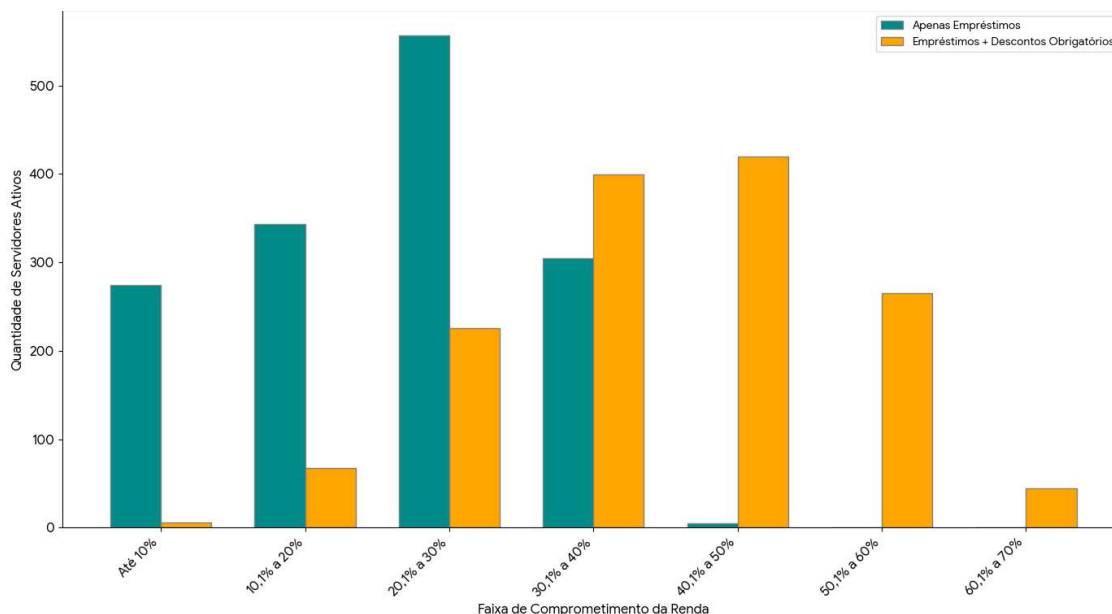
4.4 A CONSEQUÊNCIA REAL: RIGIDEZ ORÇAMENTÁRIA E MULTI-ENDIVIDAMENTO

Considerando que a carreira técnico-administrativa representa mais de 70% do total de servidores com empréstimo na UnB, análise aprofundada da distribuição do comprometimento da renda nesse grupo é fundamental para compreender a extensão do fenômeno. Essa análise focou nos servidores TAEs ativos e aposentados, utilizando a folha de pagamento do mês de outubro de 2024 como base para a remuneração bruta, a fim de evitar distorções sazonais, a exemplo da gratificação natalina, e a folha do mês de dezembro de 2024 para os valores das consignações.

A pesquisa foi realizada em duas camadas: primeiro, analisando o comprometimento da renda apenas com as parcelas de empréstimos; segundo, somando a esses os descontos obrigatórios (Previdência e Imposto de Renda) para aferir a renda indisponível total.

Para os TAEs ativos, o Gráfico 6 ilustra a expressiva mudança de cenário entre as duas análises. Ao considerar apenas os empréstimos (barras verdes), nota-se concentração nas faixas de 20% a 30%. Contudo, ao incluir os descontos obrigatórios (barras amarelas), a distribuição se desloca massivamente para a direita. O número de servidores que compromete mais de 40% de sua renda bruta salta de apenas 5 para 729, revelando que mais da metade da amostra de servidores ativos endividados (51,1%) possui fatia substancial dos seus rendimentos retida na fonte.

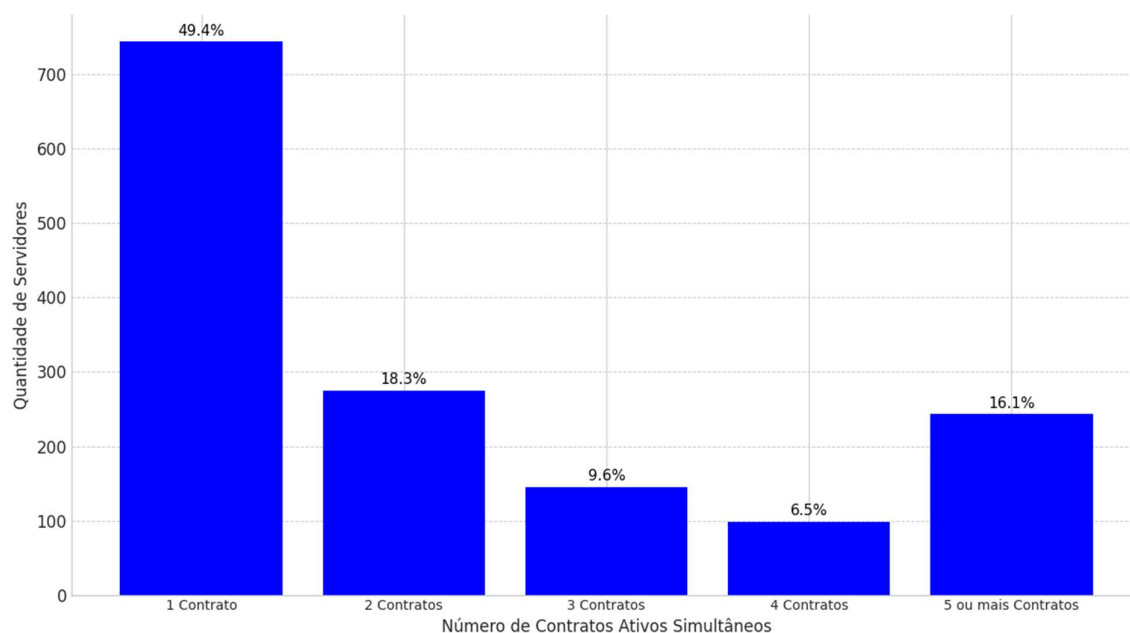
Gráfico 6 – Distribuição comparativa do comprometimento da renda para TAEs ativos.



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE.

Para além da prevalência e do comprometimento da renda, a análise do perfil de endividamento dos TAEs ativos se aprofunda ao investigar a multiplicidade de contratos por servidor. Esse indicador revela a complexidade da gestão financeira individual e a recorrência na contratação de crédito. O Gráfico 7 apresenta a distribuição da quantidade de contratos de empréstimo consignado para a amostra de 1.505 TAEs ativos com empréstimo consignado.

Gráfico 7 – Distribuição da quantidade de contratos por servido - dez./2024)



Fonte: elaboração própria com dados da pesquisa no SIAPE

Os dados demonstram que o multi-endividamento é uma realidade para mais da metade desse grupo. Embora 744 servidores (49,4%) possuam um único contrato ativo, 50,6% (761 servidores) operam com dois ou mais empréstimos simultâneos. Essa prática sugere que o crédito consignado é utilizado de forma contínua e sobreposta.

O resultado mais preocupante reside que um contingente de 243 servidores, correspondendo a 16,1% dos TAEs com empréstimos, possui cinco ou mais contratos ativos, representando um quadro de alta vulnerabilidade financeira, no qual a gestão do orçamento é severamente restringida pela multiplicidade de obrigações, indicando possível superendividamento crônico.

5. CONCLUSÃO

O trabalho de pesquisa teve como objetivo central analisar a evolução e os efeitos do endividamento dos servidores públicos federais da Universidade de Brasília em um período marcado por profundas transformações econômicas e por acentuada estagnação salarial. Por meio da análise de dados institucionais, buscou-se mensurar o comprometimento da renda e traçar o perfil dos servidores mais afetados e investigar a relação entre a perda do poder de compra e a crescente dependência do crédito.

A análise dos dados revelou um cenário complexo e multifacetado, cujo principal resultado foi a constatação de uma intensificação da dívida, em vez de uma expansão no número de servidores com empréstimos consignados. Entre os anos de 2017 e 2024, verificou-se, sobre uma base estável de servidores, que o volume total da dívida cresceu 46%; movimento impulsionado por aumento de 54,1% no valor médio por contrato de empréstimo.

O perfil desse endividamento demonstrou que a carreira de técnicos é desproporcionalmente mais afetada, com taxas de endividamento e de comprometimento médio da renda superiores ao dobro das observadas entre os docentes. Dentro da própria carreira TAE, observou-se que os servidores nos níveis de entrada, com salários menores, são os que apresentam as maiores taxas de endividamento e o maior peso relativo da dívida sobre seus orçamentos.

A hipótese central da pesquisa foi reforçada pela justaposição desses dados com a perda salarial do período. A análise sugeriu que o aumento da dívida pode estar correlacionado à corrosão de aproximadamente 18% no poder de compra, consolidando o crédito como mecanismo estrutural para compensar essa perda de renda real. Finalmente, a investigação demonstrou que essa não é uma questão isolada, sendo agravada por múltiplas pressões financeiras.

Respondendo diretamente à questão de pesquisa, conclui-se que a evolução do endividamento na UnB no período foi caracterizada por aprofundamento da dependência do crédito por um grupo de devedores, como resposta adaptativa à precarização salarial. Este estudo contribui ao fornecer um caso de estudo que corrobora teorias financeiras e comportamentais (Minsky, 2010; Duesenberry, 1949) no contexto do serviço público.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8112cons.htm. Acesso em: 5 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Brasília, DF: Presidência da República, [2005]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11091.htm. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 14.181, de 1º de julho de 2021. Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990. Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14181.htm. Acesso em: 5 abr. 2025.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DUESENBERY, James S. **Income, saving and the theory of consumer behavior**. Cambridge: Harvard University Press, 1949.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC). Endividamento atinge 76,6% das famílias brasileiras, mostra CNC. **Agência Brasil**, Brasília, DF, dez. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2023-12/endividamento-atinge-766-das-familias-brasileiras-mostra-cnc>. Acesso em: 3 mar. 2025.

FRIEDMAN, M. **A theory of the consumption function**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1957.

MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. **Regular o sobreendividamento**. Coimbra: Observatório do Endividamento dos Consumidores, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2003.

MINSKY, Hyman P. **Estabilizando uma economia instável**. São Paulo: Novo Século, 2010.

MODIGLIANI, Franco. Life cycle, individual thrift and the wealth of nations. **Science**, [S. l.], v. 234, n. 4777, p. 704-712, 1986.

MOURA, Rivânia. **Crédito consignado: potência inteiramente nova de expropriação do trabalho**. 2016. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

NUNIS, Edivonete Alvis. **Desequilíbrios nas finanças dos servidores técnico-administrativos em educação da Universidade de Brasília: avaliação do período da pandemia**. 2023. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

PEREIRA, Andressa; ZAGANELLI, Margareth Vetis. Superendividamento do consumidor: prevenção e tratamento sob o prisma da dignidade da pessoa humana. **Revista Jurídica Cesumar - Mestrado**, Maringá, v. 19, n. 1, p. 89-117, 2019.

SOUZA, Dinuarí da Rocha. **Endividamento do servidor público: uma análise econômica da situação na UnB**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

VIANA, Sandro Roberto Rodrigues. **Crédito consignado e endividamento dos servidores técnico-administrativos: uma análise econômica da situação da Universidade de Brasília**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.